



Depoimentos,
anseios e ações
para inovar

Estrutura dos
NITs: de escritório
de patentes a
escritório de
negócios

REVISTA

Ano 2 - N°3 - novembro 2017

Entrevista com
Cláudio Amante,
responsável pela
implantação da
SINOVA UFSC

Estratégia de
CT&I: Status de
Santa Catarina
para gerar
desenvolvimento

Núcleos
de
Inovação
Tecnológica



Saudações, caro leitor

Na terceira edição da VIA Revista, publicação institucional do grupo de pesquisa em Habitats de Inovação e Empreendedorismo VIA Estação Conhecimento, da Universidade Federal de Santa Catarina, temos o prazer de apresentar a temática dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs).

Conduzindo nossa edição em um texto híbrido entre pesquisa e jornalismo, compartilhamos os resultados de nossos mais recentes estudos já publicados, bem como das melhores práticas e relatos de experiências que se relacionam com o grupo de pesquisa. A edição NITs reúne artigos sobre conceitos, a relação dos núcleos com a inovação tecnológica no país, o empreendedorismo e uma análise de pedidos de proteção intelectual em ICTs no Brasil.

Em entrevistas exclusivas para a VIA Revista, o Secretário da Secretaria de Inovação da UFSC (SINOVA), Claudio Amante, fala sobre uma visão integrada entre inovação social, pesquisa, ensino e extensão.



Já o Chefe da Seção de Difusão Regional do INPI em SC, Araken Alves de Lima, relata as mudanças da estrutura e expansão das atividades do órgão em 2018, bem como suas novas formas de interação com o ecossistema. O tema transversal em toda a publicação é a Política Catarinense de Inovação e a realização do primeiro encontro da rede de NITs de SC.

Os conteúdos publicados citam referências básicas utilizadas e, nelas, os links para os textos originais, já publicados pelos pesquisadores e devidamente citados nos rodapés. Aproveite a leitura.

Um grande abraço!

**Clarissa Stefani Teixeira,
Araci Hack Catapan**

Professoras UFSC e líderes do Grupo de Pesquisa CNPq

expediente



Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor: Prof. Ubaldo Cesar Balthazar



Departamento de Engenharia do Conhecimento

Chefe de depto: Prof. José Leomar Todesco

Programa de Pós-Graduação em Engenharia e

Gestão do Conhecimento (EGC)

Coordenadora: Profa. Gertrudes Aparecida Dandolini



Grupo de Pesquisa em

Habitats de Inovação e Empreendedorismo

Corpo Docente: Araci Hack Catapan

Clarissa Stefani Teixeira

Eduardo Moreira da Costa

Francisco Antonio Pereira Fialho

Hans Michael Van Bellen

Luiz Antônio Moro Palazzo

Marcio Vieira de Souza

Tarcísio Vanzin

VIA Revista

Projeto Gráfico: Mariana Barardi

Edição: Sicília Vechi (SC 01798 JP)

<http://via.ufsc.br/>

ISSN 2525-6890

Fotos capa e página 2: Sharon Pittaway / Eric Didier

SUMÁRIO

Clique nos títulos e vá direto ao conteúdo de seu interesse



5 NITs: Pontes entre a tríplice hélice e a inovação

8 Depoimentos, anseios e ações para inovar

11 Estratégia de CT&I: Status de Santa Catarina para gerar desenvolvimento



16 ProfNIT como solução do gargalo da capacitação

23 Estrutura dos NITs: de escritório de patentes a escritório de negócios Brasileiros



25 O escopo de atuação do NIT em uma universidade

26 Transferência de tecnologia na Agência Inova Unicamp

29 Entrevista com Cláudio Amante, responsável pela implantação da SINOVA UFSC



33 Reforço às regionais do INPI e interação com ecossistemas

35 Entrevista com Araken Alves de Lima, Chefe da Seção de Difusão Regional do INPI em SC

36 Uma análise dos pedidos de proteção intelectual em ICT's no Brasil



NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Pontes entre a tríplice hélice e a inovação

*A pesquisa integral na qual se baseia este texto encontra-se publicada no e-book **Núcleos de Inovação Tecnológica: Alinhamento conceitual**.¹

O novo marco regulatório (Lei. 13.243, de 11 de janeiro de 2016²) dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica e incentiva as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) nacionais, compostas basicamente por universidades e/ou institutos de pesquisa, a criarem Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) para gerir suas respectivas políticas de inovação e realizar a interação entre estas instituições e as empresas (BRASIL, 2016).



Ana Cristina da Silva Tavares Ehlers



Clarissa Stefani Teixeira



1 FERREIRA, M.C.; TEIXEIRA, C. S. **Núcleos de Inovação Tecnológica: Alinhamento conceitual**. Florianópolis, 2016. E-book. <http://via.ufsc.br/download-ebook-nit>

2 BRASIL. Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. 2016.

Os chamados NITs, são setores de inovação que auxiliam na promoção, na utilização do conhecimento e no uso de novas tecnologias brasileiras oriundas de universidades e institutos de pesquisa (COSTA, 2013³). Assim, tendo como característica principal o diálogo entre a demanda e a oferta de tecnologias, os NITs acabam criando uma ponte entre a tríplice hélice (universidade, governo e empresa) em prol da inovação.

Na regulamentação (BRASIL, 2016), os NITs são estruturas instituídas por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenham por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições da Lei. Segundo a legislação são suas competências:

- desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT;
- desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT;
- promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas;
- negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT;
- representar a ICT pública, no âmbito de sua política de inovação, uma vez que esta pode ser delegada ao gestor do Núcleo de Inovação Tecnológica (BRASIL, 2016).

De acordo com estas competências, é possível verificar que o NIT se torna um importante canal entre a demanda constante de novas soluções apresentadas pelas empresas ao mesmo tempo em que conecta aos detentores do conhecimento (as ICTs), ocasionando transferência de tecnologia. Esta relação vem sendo protagonista no que concerne à disseminação da cultura da inovação e também preservando os direitos de propriedade intelectual, tanto da ICT como do inventor, incrementando a produção tecnológica nessas instituições, o que permite maior controle e retorno dos ativos intangíveis, de alto valor agregado (VAILATI et al., 2012; BRASIL, 2015).

3 COSTA, C.O.M.. **Transferência de Tecnologia Universidade-Indústria no Brasil e a Atuação de Núcleos de Inovação Tecnológica**. 2013. 51 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.



O NIT se torna um importante canal entre a demanda constante de novas soluções apresentadas pelas empresas ao mesmo tempo em que conecta aos detentores do conhecimento (as ICTs), ocasionando transferência de tecnologia.

NITs e suas funções

Atualmente, existem cerca de 188 NITs espalhados pelo Brasil, sendo que, segundo dados do Relatório FORMICT 2014⁴, verificou-se que as principais atividades realizadas pelos Núcleos são acompanhar o processamento dos pedidos e manutenção dos títulos de Propriedade Intelectual (PI); zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção da PI, opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição, o que vai ao encontro das propostas previstas na Lei anteriormente citada, (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 2015, p. 20).

Conforme indica o Relatório do FORMICT 2014, muitos NITs apresentam mais funções do que já estabelecidas no marco legal, como por exemplo:

- realizar a gestão de incubadoras presentes dentro das ICTs;
- fomentar a cultura de inovação e empreendedorismo dentro das ICTs (por meio de cursos, eventos, parcerias), entre outros.

Os NITs de universidades geralmente são ligados às Pró-reitorias, tendo uma equipe composta

por um Diretor, profissionais especializados nas áreas de propriedade intelectual e transferência tecnológica e auxiliares administrativos. As estruturas em sua maioria, são incorporadas ao organograma funcional das Pró-reitorias das universidades, possuindo uma equipe própria, geralmente dividida por setores dentro do NIT (como por exemplo, coordenadoria de empreendedorismo e coordenadoria de propriedade intelectual) de modo que se ofereça atendimento especializado aos segmentos.

O público que se beneficia envolve sujeitos públicos e privados, individuais (pesquisador, empresário) ou coletivos (governo, empresa) que visam principalmente o desenvolvimento econômico ou social de um determinado grupo ou território. As políticas ligadas à inovação nas ICTs em Santa Catarina, por exemplo, focam na geração de parcerias entre esses sujeitos, de modo que haja uma atividade conjunta de pesquisa científica e tecnológica (FERREIRA; TEIXEIRA; FLÔR, 2016⁵).

Segundo dados da Fundação Certi, o NIT pode apresentar o modelo de gestão e operação mostrado anteriormente, baseados nas quatro grandes áreas de atuação.

- **Área de articulação**, com a finalidade de atingir os objetivos que um NIT precisa para interagir sistemática e continuamente com os demais atores no processo de inovação, de forma a criar uma rede de instituições parceiras;
- **Prospecção baseada em ações**, para identificar, de forma pró-ativa, oportunidades de projetos a serem realizados em conjunto com empresas e instituições, de modo que possa fomentar a inovação, implementando e aprimorando mecanismos para estimular a criatividade, e consequentemente, a geração de novos negócios para a instituição.
- **Sensibilização** e o comprometimento por parte dos dirigentes da ICT que está inserida, durante todo o prazo de sua implantação.
- **Preocupação de alinhar objetivos e ações com a própria Instituição**, modelando o seu posicionamento no organograma interno ou externo da ICT (VAILATI, TRZECIAK e CORAL, 2012⁶).

4 BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Relatório FORMICT 2014: Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil. Brasília: DF, 2015. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0237/237597.pdf>.

5 FERREIRA, M.C.Z.; TEIXEIRA, C.S.; FLÔR, C.S.. A disseminação da cultura de inovação e o desenvolvimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas ICTs de Santa Catarina. In: CONFERÊNCIA ANPROTEC, 26, 2016, Fortaleza, CE. Anais. Fortaleza, 2016.

6 VAILATI, P.V.; TRZECIAK, D. S.; CORAL, E. (Orgs). Estruturação e gestão de núcleos de inovação tecnológica: Modelo PRONIT. Blumenau: Nova Letra, 2012. 338p. Tecnológica nas ICTs de Santa Catarina. In: CONFERÊNCIA ANPROTEC, 26, 2016, Fortaleza, CE. Anais. Fortaleza, 2016.



PALAVRA DE NIT

Anseios e ações para inovar e crescer

Os direcionamentos para o fortalecimento e a atuação em rede dos Núcleos de Inovação Tecnológica foram os temas que reuniram representantes dos núcleos catarinenses em Lages, no 3º Seminário Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), promovido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) de 5 a 7 de junho de 2017. Durante a abertura do evento, a VIA Revista colheu alguns dos depoimentos de lideranças presentes, os anseios e ações voltados à inovação, transferência tecnológica e desenvolvimento regional.

“A Rede dos Núcleos de Inovação Tecnológica é uma oportunidade para fortalecer os núcleos de todo o Estado, aproximando os profissionais da área e promovendo o debate sobre a importância do planejamento de ações para a inovação em Santa Catarina.”

Carlos Chiodini,

Secretário de Estado
do Desenvolvimento
Econômico
Sustentável de SC





"Por meio das instituições de CTI, devemos levar à construção do conhecimento em escala em caráter emergencial e atender aos pequenos empresários, com soluções nos prazos em que eles precisam. O SEBRAE busca participar do ecossistema por meio deste tipo de suporte. Mas é necessária a aproximação da academia para o crescimento do empreendedorismo e da geração de empregos a partir destas pequenas empresas, que enfrentam falta de tempo e de informação para ir atrás de soluções para seu negócio. "

Altenir Agostini,

SEBRAE



Sérgio Gargioni,
presidente da FAPESC

"O NIT deve contaminar toda a instituição, deve ser mais do que um facilitador. A burocracia é um problema crescente, a falta de recursos é uma dificuldade. Na atualização mais recente da Lei de Inovação, foi colocada a possibilidade de transposição de capital e custeio, o que no mundo inteiro já é algo óbvio, mas que aqui enfrenta resistências de governo. A burocracia se fortalece em um ambiente de desconfiança, é necessário lutar contra isso e simplificar. Os NIT's têm um papel importante como facilitadores para a inovação. "

"O que prejudica o fortalecimento dos NIT's é a formação acadêmica não direcionar a pesquisas aplicadas. Há a necessidade de se prever a potencial transferência de tecnologia. IFC tem desenvolvido algumas ações por meio de editais para viabilizar a pesquisa aplicada. O IFC está observando a reunião sobre os 13 Centros de Inovação em implantação no Estado, como forma de alimentar o arranjo produtivo social e agregar atores importantes para a inovação, para se chegar onde é preciso inovar, nas ICT's, no Estado e no setor produtivo. "

Cladecir Alberto Schenkel,

Pró-Reitor de pesquisa do Instituto Federal Catarinense (IFC)





"Percebemos a necessidade de um sistema em que a educação seja uma política pública. Trabalhar nas inovações sociais e não apenas tecnológicas, com a questão da transferência tecnológica, ampliar as ações da inovação e tecnologia. Temos que aprender a transformar pesquisa básica em pesquisa aplicada."

Cláudio Amante

Secretário da SINOVA UFSC



"A discussão necessária é a forma como iremos nos conectar mais para atuar em rede. Não podemos olhar para os avanços das empresas de êxito e nos acomodar. Temos no Estado alto percentual de jovens na universidade e o desafio dos dirigentes educacionais é acreditar no projeto de vida dos estudantes. Os jovens precisam acreditar em um projeto de vida que deve ser trabalhado por todos para que o projeto seja desenvolvido de uma forma empreendedora. Os atores da tríplice hélice devem estar integrados na gestão dos centros de inovação, fortalecendo a cultura empreendedora."

Sebastião Salésio,

Presidente da ACAFE



ESTRATÉGIA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O status de Santa Catarina para gerar desenvolvimento

As estratégias da política catarinense de inovação sob uma perspectiva de desenvolvimento econômico foi tema abordado por membros da academia, de empresas e governo (tríplice hélice) durante a primeira mesa redonda do 3º seminário de Núcleos de Inovação Tecnológica, em junho de 2017, na cidade de Lages, Santa Catarina. Conheça os principais desafios e status apresentados por lideranças presentes.

O Índice Global de Competitividade de 2017¹ (relatório que ranqueia as 138 economias mais competitivas), mostrou o Brasil perdendo seis posições, com a 81ª colocação, sendo o pior classificado dentro os BRICS fora da lista dos cinco países mais competitivos da América Latina.



COLABOROU

Maria Carolina Zanini Ferreira

Em Santa Catarina, atualmente, existem 22 NITs e um NIT em funcionamento dentro de ICT. Entretanto, foram observados diversos desafios para a implementação desses núcleos, como por exemplo a falta da cultura de inovação dentro das instituições, poucos recursos financeiros e falta de pessoal qualificado.

1

Para Mais informações acesse o Relatório do Índice de Competitividade Global

O relatório cita que os fatores críticos do país estão relacionados a:

- ambiente macroeconômico;
- potencializadores de eficiência e mercado financeiro,
- disponibilidade tecnológica (devido à escassez do processo de transferência tecnológica por investimentos estrangeiros),
- inovação (queda do investimento privado e a qualidade das pesquisas)
- sofisticação dos negócios (menor participação internacional do país).

Esse panorama evidencia que, apesar dos investimentos terem aumentado nos últimos anos, a tendência não é a mesma no que se refere a resultados de inovação. Os dados foram apresentados pela Professora Sandra Furlan, Reitoria da Universidade da Região de Joinville (Univille).

Em termos regionais, entretanto a preocupação nos últimos 10 anos é constante com a capilarização de Ciência, Tecnologia, Inovação (CT&I) e da educação, que tem sido de cunho nacional. Em uma análise da política estadual catarinense, observa-se que há um alinhamento com as diretrizes nacionais. A Lei Catarinense de Inovação² trouxe a instituição do Sistema Estadual de CT&I e dentre outras iniciativas, previu o apoio as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) para implementação de seus Núcleos de Inovação

Hoje são encontrados 92 cursos de ensino superior do estado, 179 programas de pós graduação strictu sensu e 260 cursos de pós graduação lato sensu, sendo 179 de mestrado e 81 de doutorado.

Tecnológica (NITs), que foi extremamente importante e necessária para o desenvolvimento científico e tecnológico dentro dessas instituições.

Esses Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), são ambientes que realizam toda a relação institucional, a valoração intelectual do conhecimento gerado, e também a transferência de tecnologia entre esses dois atores. Em Santa Catarina, atualmente, existem 22 NITs e um NIT em funcionamento dentro das ICTs. Entretanto, foi observado diversos desafios para a implementação desses núcleos, como por exemplo a falta da cultura de inovação dentro das instituições, poucos recursos financeiros e falta de um pessoal qualificado. Com o PRONIT, o Projeto de implantação e estruturação do arranjo catarinense de núcleos de inovação tecnológica,

tendo como objetivo principal auxiliar na estruturação desses NITs.

Ainda, houve aprovação do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – CONCITI para uma Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação³ tendo como foco principal o desenvolvimento regional sustentável com base na educação, ciência, tecnologia e inovação.

Com o aumento crescente que o ensino em Santa Catarina vem mostrando, é evidente que uma das bases para a geração de inovações e desenvolvimento tecnológico pode ser encontrado no desenvolvimento de pesquisas dentro dessas ICTs. Hoje são encontrados 92 cursos de ensino superior do estado, 179 programas de pós graduação strictu sensu e 260 cursos de pós graduação lato sensu, sendo 179 de mestrado e 81 de doutorado⁴.

2 Para mais informações acesse:< http://www.fapesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/03092009lei_inovacao.pdf>. Acesso em 21 jun. 2017.

3 Para mais informações acesse:< http://www.fapesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/03092009lei_inovacao.pdf>. Acesso em 21 jun. 2017.

4 Dados oferecidos pela Professora Sandra Furlan, tendo sido mencionado pela mesma a fonte Sicupira da Capes.

Ensino e ambientes de inovação reforçam política

De acordo com levantamento da VIA Estação Conhecimento (2017), não somente o ensino ganha destaque no estado catarinense, mas também os ambientes de inovação que estão sendo criados e interagindo com essas instituições, como por exemplo as 25 incubadoras existentes, 17 estão vinculadas a universidades e, dos 7 parques tecnológicos, 5 estão vinculados a universidades.

Essa conjuntura demonstra a importância desses espaços na interação entre atores da tríplice hélice (no caso academia e empresa), pois permite a transferência de conhecimento em busca da aplicabilidade das pesquisas científicas realizadas (de acordo com a demanda do mercado), ao mesmo tempo em que conecta recursos humanos qualificados, diminuindo barreiras históricas, criando interação e integração dos mesmos, e reforçando que a base do desenvolvimento científico e tecnológico está presente na academia e que a mesma se torna protagonista na geração de inovação e desenvolvimento tecnológico.

No entanto, a academia carece de recursos financeiros para oferecer maior apoio a essas interações, por isso há a necessidade da parceria também do governo, para que se potencialize e auxilie de alguma maneira a conexão entre os atores citados. De acordo com

“A iniciativa do governo do estado em implementar 13 Centros de Inovação em SC, é uma via de articulação dos principais atores da inovação, que contou com a participação das próprias ICTs”

o Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS-SC), Jean Carlo Vogel, a iniciativa do governo do estado em implementar 13 Centros de Inovação em SC, é uma via de articulação dos principais atores da inovação, que contou com a participação das próprias ICTs na discussão dos projetos desses centros.

Logo, o futuro dessas interações, seria consolidar o sistema estadual e regional de inovação, efetivando a participação de todos os atores da tríplice hélice, potencializando cada vez mais ambientes propícios onde universidades e empresas possam fomentar iniciativas voltadas para a inovação e empreendedorismo em prol do desenvolvimento econômico organograma interno ou externo da ICT (VAILATI, TRZECIAK e CORAL, 2012⁶)



Jean Carlo Vogel,
Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS-SC)



“O resultado é um grande esforço do estado catarinense em potencializar a geração de novas startups, valorizar o capital intelectual proveniente das Universidades e solucionar as demandas provindas do mercado, principalmente a nível governamental e acadêmico”

Carlos Chiodini
Secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Alguns desafios da academia

- Melhorar os processos na gestão do conhecimento das universidades;
- mapear o potencial inovativo gerado;
- capacitar cada vez mais pessoas para serem multiplicadoras do conhecimento e da tecnologia transferida, fomentando a cultura da inovação em todos os níveis;
- atrair e reter talentos;
- sensibilizar o pesquisador da importância da aplicação da pesquisa (ser transferida como uma solução frente a uma demanda de empresas ou até mesmo constituir seu próprio negócio), consolidando uma cultura de empreendedorismo nas universidades.

Apesar de Santa Catarina se destacar em esforços previamente comentados em nível nacional, em nível internacional a realidade é diferente. Apesar da criatividade do povo brasileiro ser uma das características em destaque, tal ativo não se concretiza em ganhos significativos para a sociedade. A indústria catarinense possui necessidade e tem interesse de investir na pesquisa e desenvolvimento (P&D), pois geralmente está realizando apenas inovações incrementais (melhoria em produtos, serviços e processos) para as suas demandas e não a inovação radical que deveria ser o foco do setor industrial atual (produto, serviço ou processo totalmente novo).

Para isso os NITs poderiam ser não somente fontes geradores de receitas para as ICTs (através das transferências de tecnologias realizadas) mas também um mediador para que as indústrias tivessem acesso as pesquisas que pudessem gerar essas inovações radicais para as demandas industriais. Entretanto, a cultura em gerar soluções empreendedoras com conhecimentos gerados ainda é relativamente baixa. Atualmente, Santa Catarina é o sexto do país com maior número de grupos de pesquisa e em termos de pesquisadores, o sétimo estado com o maior número de doutores e mesmo assim não possui uma expressiva transferência de tecnologia.

Contudo, todo o conhecimento gerado não criará sozinho empresas inovadoras. É necessário desenvolver não somente infraestrutura, mas a cultura onde pessoas bem formadas enxerguem condições para desenvolver e implementar as suas inovações.

Natalino ainda ressaltou que, para realizar essa transferência de tecnologia, a academia também deve

entender como a indústria funciona. Uma empresa por exemplo, não abrirá abertamente o seu problema, que muitas vezes pode comprometer até a sua credibilidade. Há de pensar mecanismos de comunicação eficazes para que boas iniciativas não sejam eficazes por desconhecimento dos atores que estão se relacionando.

Outra realidade mostrada, é que algumas empresas de base tecnológica conseguem inovar, porém não conseguem colocar essa inovação no mercado. Há uma dificuldade em achar fontes de financiamento também e não somente o conhecimento para gerar a inovação. Portanto, um dos desafios atuais segundo o ponto de vista da indústria seria potencializar o percentual de inovação incremental das indústrias visando em melhorias no setor, mas que seja fomentado também a geração de inovações radicais, que buscam soluções novas e disruptivas através do trabalho em rede dos atores da tríplice hélice, para fomentar inovações e gerar empresas sustentáveis.

Natalino Uggioni

Superintendente do IEL



Álvaro Prata

Secretário de
Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação
do Ministério da Ciência,
Tecnologia, Inovações e
Comunicações (MCTIC)



“Sob a perspectiva do governo, um dos grandes desafios no país recentemente é lidar com o risco tecnológico e o “risco de inovar”. Existe receio por parte das empresas em inovar, isso por muitas vezes justificado pelo cenário econômico atual e a baixa informação sobre tipos de investimento e financiamento. Incentivar, portanto, espaços como Centro de Inovação, que poderão auxiliar também a promoção do conhecimento sobre fontes de recurso por meio do governo traz muito potencial para o cenário de CT&I local.”

Uma das principais preocupações do Ministério é tentar estimular a criação de ambientes que possam gerar seus próprios recursos de modo que sejam transferidos para as regiões que estão inseridos. Todavia, nada adianta investir em recursos e infraestrutura se a cultura da inovação ainda não está bem disseminada na sociedade brasileira. Para isso alguns desafios devem ser encarados como a mudança de pensamento do cidadão, onde o empresário não veja o investimento em P&D ou inovação como um risco, o universitário em desenvolver o seu perfil empreendedor e enxergar a criação de uma empresa como uma possibilidade profissional, e as instituições de ensino potencializarem cada vez mais a cultura de inovação e quebrar paradigmas ideológicos que possam travar todo o processo de inovação e empreendedorismo dentro da academia, tendo o incentivo à educação como o pano de fundo de todo esse ecossistema.”

“A visão de futuro dos países em uma sociedade do conhecimento, tanto em desenvolvimento como desenvolvidos, passa necessariamente por uma convergente economia do conhecimento, estando relacionada em transformar esse capital intelectual em ações com resultados que valorizem primordialmente a criatividade e a inovação, por meio de estratégias tecnológicas e políticas.”

Esse esforço, deve se originar em todas os setores da sociedade, quer seja sociedade, academia ou governo, tanto em âmbito nacional, regional e local. Portanto, os países que queiram prosperar nessa sociedade com alta complexidade intelectual e relativa competitividade, terão que incentivar a geração de inovação para desenvolver tecnologia de ponta.

Porém, para que essa realidade seja alcançada, há de se atentar na formação educacional de qualidade, atração e retenção de talentos, desafios esses que possam atrair e constituir empresas com potencial de inovação e capacidade de transformar ideias em negócios. Atualmente, os rankings internacionais de competitividade evidenciam que os países que mais investem em inovação são os que têm se revelado os mais competitivos.”

Professora Sandra Furlan

Reitoria da Universidade
da Região de Joinville
(UNIVILLE)





ProfNIT: Uma proposta para a solução do gargalo de capacitação sobre Inovação

Ao longo dos últimos anos o incentivo em Ciência, Tecnologia e Inovação tem crescido em todos os setores da sociedade. Políticas de governo e a preocupação das empresas em inovar se tornaram convergentes em uma sociedade globalizada com alta competitividade. Tais ações, todavia, devem se integrar e movimentar toda uma cadeia de conhecimento para transformar ações em resultados, ligando a prática com o desenvolvimento científico gerando inovação.

TEXTO



Irineu Afonso Frey



Maria Carolina Zanini Ferreira

A academia se torna um agente essencial para que aconteça esse fluxo de conhecimento, que é sustentado tanto pelas pesquisas desenvolvidas nas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) quanto pela sua aplicabilidade, seja ela na indústria ou na sociedade como um todo.

A lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016, denominado de Novo Marco Legal, trouxe estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e

tecnológica e à inovação, a qual tem por objetivo de fomentar uma nova cultura, de criar ambientes que estimulassem a produção de pesquisas aplicadas e passíveis de transferência para o mercado e este absorver o capital intelectual, potencializando o fluxo de conhecimento necessário para originar um novo padrão de competitividade.

Apesar da lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004 também dispor sobre incentivos à inovação e já existir ambientes que fortalecem a relação entre empresa e ICT, foi na Lei de 2016, que os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) são induzidos a assumir um papel fundamental, não somente como responsáveis pela gestão da propriedade intelectual da ICT, mas também promovendo e acompanhando o relacionamento da sua instituição com as empresas, negociando e gerindo acordos de transferência de tecnologia, gerando a inovação.

Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) são induzidos a assumir um papel fundamental, não somente como responsáveis pela gestão da propriedade intelectual da ICT, mas também promovendo e acompanhando o relacionamento da sua instituição com as empresas, negociando e gerindo acordos de transferência de tecnologia, gerando a inovação.

Portanto, os NITs, estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação, acaba recebendo novas responsabilidades. Segundo Glauco Arbix (2007), isso se dá com o aumento da pressão social sobre as universidades e centros públicos de pesquisa para que fomentem cada vez mais a cooperação e a interação com as empresas, para colaborar conjuntamente em prol de soluções para os problemas do sistema produtivo e também da so-

cidade, o que acaba significando a criação de novos arranjos institucionais (no caso os NITs) que viabilizem a difusão do conhecimento acumulado e a transferência de tecnologia para o setor produtivo nacional.

Por ser uma estrutura que ainda está se estabelecendo dentro das ICTs, os NITs acabam apresentando diversos desafios, como por exemplo a formação e capacitação de um quadro permanente de pessoal, criando cargos estáveis e com perspectiva de carreira dentro desses núcleos.

Qualificação e rotatividade interferem

Durante o III Seminário Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (2017), a vice-Presidente do FORTEC, Shirley Coutinho, destacou que, ter um quadro bem qualificado e próprio para os NITs é essencial, pois a alta a rotatividade das equipes é um grande problema, com a seleção de pessoas que não estão qualificadas e nem possuem experiência para gerir um Núcleo, e, na maioria das vezes, não têm

nem conhecimento de como a estrutura funciona, quais são os seus objetivos e o que deve ser buscado. Quando o ciclo de aprendizagem se conclui, a rotatividade de 2 a 4 anos, as mudanças de gestão, provocam a perda de praticamente todo o trabalho e das ações que já estavam sendo direcionadas.

Outro problema que também envolve o quadro organizacio-

nal é a dependência de bolsistas para realizar o trabalho, que também não são perenes, ficando os NITs ficam, ainda segundo Shirley Coutinho (2017), em um esquema de "serrote", o qual há uma aprendizagem, mas que tem que ser constantemente retrabalhada, voltando novamente para alinhamento conceitual com a nova equipe que necessita ser formada.



Shirley Coutinho
Vice-presidente
do Fortec

Rede FORTEC difunde boas práticas

A Associação FORTEC – Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia, conta com parceiros como o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, SEBRAE, Conferência Nacional da Indústria e a ANPROTEC, e tem como objetivos: disseminar a cultura de inovação, compartilhar boas práticas entre ICTs e os seus NITs, e principalmente, qualificar e capacitar pessoas para trabalhar nos Núcleo de Inovação Tecnológica.

Atualmente, o FORTEC conta com 232 Associados Institucionais e 179 Associados Pessoa Física, em sua maioria, representados pela academia (83%), governo (16%) e empresa (1%). Entre as suas ações, existe a Rede Ibero Americana de Transferência de Tecnologia para Inovação Tecnológica Competitiva, a Rede TT – Inova, que visa a estruturação de uma rede transnacional voltada para transferência de tecnologia e aumentar a competitividade de micro e pequenas empresas em ambientes de inovação, por meio de compartilhamento de conhecimento e desenvolvimento de boas práticas nas redes formadas, assim disseminando e mapeando os cenários de demandas e ofertas de tecnologia e identificando seus gargalos, entre outros.

O FORTEC também capacita os NITs, em workshops, cursos e na busca de boas práticas inter-

nacionais. Nesse contexto surgiu o ProfNIT, o Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, com indução da DAV/CAPES em 2014 como Mestrado Profissional. A Figura a seguir apresenta síntese de ações realizadas pelo FORTEC.

De acordo com Cristina Quintella, presidente do FORTEC, uma ação recente em andamento é a preparação de um censo dos NITs para que seja criado um selo de certificação de qualidade, o CERNIT. “Com esta ação, pretendemos achar



Cristina Quintella
Presidente do FORTEC

o que há de bom no país, exemplos e casos de sucesso, mas também casos de insucesso revertidos em sucesso. Achamos que este pode ser um elemento importante para a sociedade nos próximos anos”, diz.

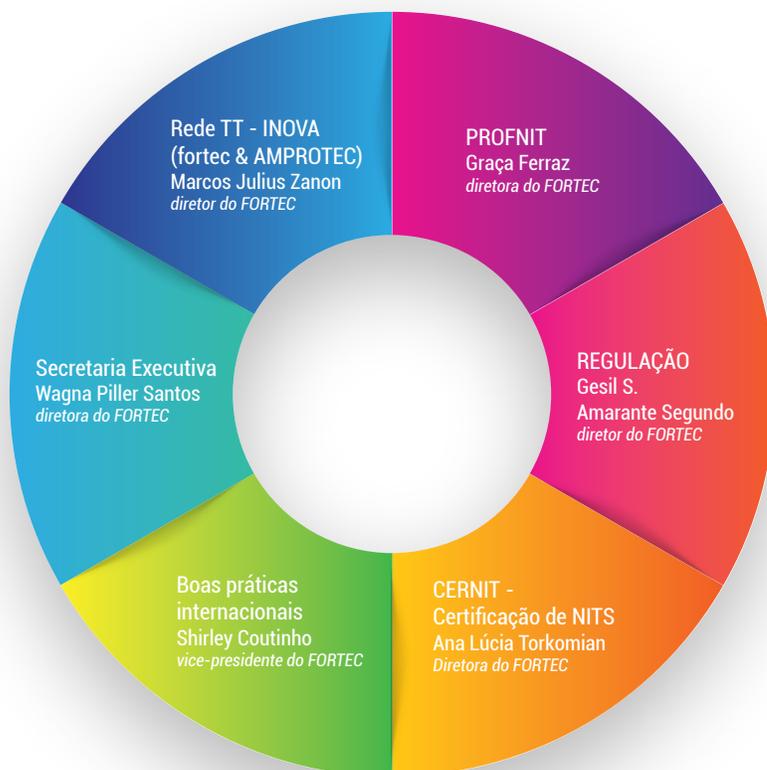


Figura 1 – Ações do FORTEC. Fonte: FORTEC, 2017.

ProfNIT formaliza aprimoramento profissional

De caráter *stricto sensu* e profissional (não sendo mestrado acadêmico), o ProfNIT foi criado com o intuito principal de aprimorar a formação profissional de pessoal para atuar nas competências dos Núcleos de Inovação Tecnológica e em ambientes promotores de Inovação nos diversos setores acadêmicos, empresarial, governamental, organizações sociais, e assim por diante. Com objetivo de qualificar e padronizar o conhecimento sobre o tema, acaba tendo caráter de rede de colaboração, que visa a produção e compartilhamento de conhecimentos relacionados à Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação (PROFNIT, [2016]).

Por ser uma rede nacional, apresenta diversos Pontos Focais no País, tendo como principal público alvo, profissionais graduados que já trabalhem ou tenham um contato mínimo com as temáticas citadas acima, dentro do âmbito das competências dos NITs, servidores e membros de equipes de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), assim como outros ambientes que estejam inseridos no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI (PROFNIT UFSC, 2015).

Essa construção e disseminação de uma base nacional de conhecimento na área uniformizada, conta hoje com doze pontos focais (pretendendo ampliar para mais 15 pontos focais no Brasil), estando presente em nove Estados, tendo sido oferecidas 40 disciplinas, envolvendo mais de 60 docentes, que ministram as disciplinas em conteúdos especialistas e com já duas seleções nacionais realizadas

(2016 e 2017)

(PROFNIT UFSC, 2015).

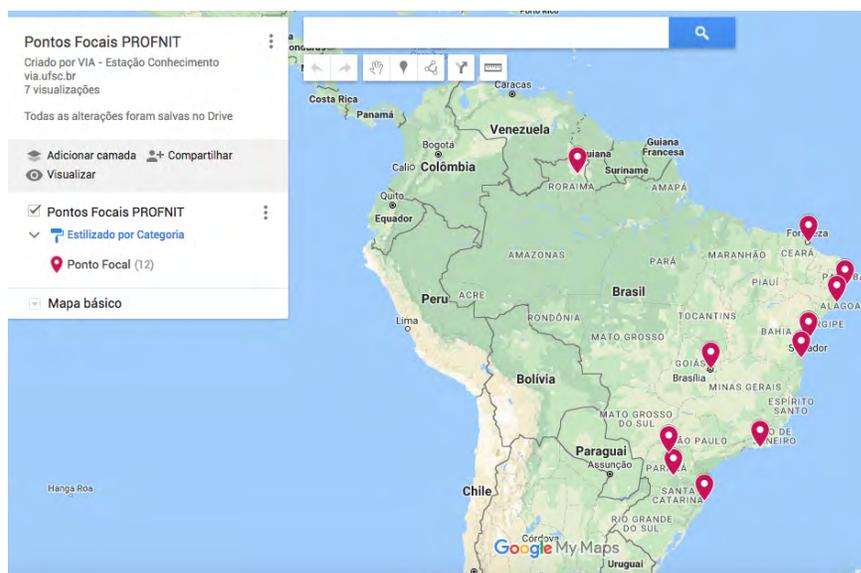


Figura 2 – VIA Estação Conhecimento, 2017

As Instituições de Ensino que oferecem o ProfNIT estão apresentadas no Quadro 1.

Formação é multidisciplinar

Instituição Associada	Instituições de Origem dos docentes
IFBA	EBMSP IFBA
IFCE	IFCE INTA PADETEC
UEM	UEM
UESC	UESB UESC UFRB UFSB
UFAL	UFAL
UFBA	FIOCRUZ/BA UCSAL UFBA UNEB
UFPE	IFSERTÃO - PE UEPB UFPE Univasf
UFRJ	CEFET-RJ INPI UEZO UFRJ UFRRJ
UFSC	IFSC UFSC UNIVILLE
UNB	UNB
UNICENTRO	UFFS UNICENTRO UNIOESTE UTFPR

Fonte: FORTEC, 2017.

Como já demonstrado, o mestrado conta não somente com as instituições que são os Pontos Focais do ProfNIT, mas também com a colaboração de outras Instituições, dispondo de docentes de caráter multi e transdisciplinar, com as mais diferentes áreas de formação. Recomendado com nota 4 de 5 pela CAPES, o mestrado profissional também é oferecido anualmente para alunos estrangeiros. É coordenado pelo Conselho Gestor, tendo como Presidente Josealdo Tonholo, e pela Comissão Acadêmica Nacional Acadêmica (CAN) representada pela Cristina M. Quintella, Coordenadora da CAN e Maria das Graças Ferraz Bezerra (FORTEC), que operam sob a égide do Diretório do FORTEC, tendo um Ponto Focal Sede, que se encontra atualmente na UFAL (PROFNIT, [2016]).

As linhas de pesquisa do ProfNIT se concentram em estudos analíticos e práticos sobre as competências dos NITs, assim como a sua política institucional de inovação tecnológica de acordo com o arcabouço legal e políticas setoriais, também como a gestão da propriedade intelectual e transferência de tecnologia nas mais diversas formas, identificando os nichos de mercado que possuam demanda para inovação de base

tecnológica e suas interações sistêmicas e seus gargalos, visando o uso da inovação pela sociedade e contribuindo para o desenvolvimento e crescimento econômico, desde a esfera global, regional até a global (PROFNIT, 2017).

As aulas são padronizadas em todos os pontos focais, de modo que o conteúdo que é ministrado pelos diferentes docentes, seguem um mesmo padrão de ensino e metodologia. As disciplinas obrigatórias abrangem os temas de:

- propriedade intelectual;
- transferência de tecnologia;
- prospecção tecnológica;
- metodologia da pesquisa científica-tecnológica;
- inovação e políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Estado Brasileiro.

Ao final dessas disciplinas é realizada com todos os discentes dos pontos focais no Brasil, uma Avaliação Nacional de Disciplina (AV2) que consiste basicamente em uma prova em nível nacional que corresponde a 50% da nota da disciplina do aluno ProfNIT, que são aplicados semestralmente, seguindo o calendário acadêmico definido pela CAN.

Encontros anuais reforçam pontos focais

De modo a unir e fortalecer a rede, o FORTEC realiza Encontros Anuais de modo que os representantes dos NITs compartilhem as suas boas práticas, assim como as Instituições de Ensino que apresentem pontos focais. A foto ao fim da página registra alunos do ProfNIT na apresentação de trabalhos no XI FORTEC.

O Ponto Focal da Universidade Federal de Santa Catarina está em sua segunda turma desde 2016. O corpo docente envolve membros de outras instituições, com experiência na área de habitats. O público alvo do ProfNIT na UFSC é o de discentes que já tiveram contato com o tema em áreas como engenharia, administração, direito, contabilidade, relações internacionais, entre outros.

Uma pesquisa realizada por Lotufo et al (2009) mostra que um dos problemas mais vivenciados pelos NITs, está relacionado à contratação de pessoal, sendo apontado como um dos principais problemas por 77% dos Núcleos. Capacitar profissionais que estejam inseridos nos temas que esses ambientes demandam é fundamental para as suas estruturações.

O pró-reitor Nacional do Fortec – ProfNIT, Josealdo Tonholo, explica que o ProfNIT é uma rede colaboração nacional com 12 pontos focais, que cuidam da realização de um curso de mestrado profissional para formar agentes de inovação que irão atuar em todos os setores dos nossos habitats de inovação em favor das atividades de propriedade intelectual e transferência de tecnologia. O intuito é o

aumento da competitividade nacional. O curso de mestrado, que começou suas atividades no ano de 2016, é aprovado pela CAPES com conceito 4, situado em 10 estados de 5 regiões do Brasil. Na expansão, é esperado alcançar 20 estados brasileiros e 28 instituições em 2018.

“O curso tem como compromisso estabelecer uma base nacional com conteúdo unificado e pessoas que falem a mesma língua, a possibilidade do ProfNIT em mais cidades atende a necessidade de escala que o Brasil precisa, com distribuição geográfica mais abrangente e necessária para a capacidade inovativa do país ser fortalecida. Pretendemos chegar ao final de 2018 com 600 estudantes ativos no país”, diz Tonholo.



Josealdo Tonholo

Figura 3 – Alunos ProfNIT de diferentes pontos focais no XI Encontro Anual FORTEC. Fonte: acervo da autora.

Desafios que o ProfNIT ajuda a suprir

Apesar de alguns desafios que a própria ICT deverá também considerar quando for elaborar o quadro organizacional do seu NIT, como por exemplo, a contratação desses profissionais, políticas dentro da própria ICT que evitem a grande rotatividade gerada, vale ressaltar que a criação e o desenvolvimento do ProfNIT poderão suprir relativamente o gargalo no que se refere a capacitação de pessoas. A maioria dos discentes do Programa já são profissionais envolvidos em NITs que buscam ampliar a qualificação para assumir os seus cargos.

Além disso, existe outro fator que o ProfNIT vem ocasionando é o fomento da cultura de inovação para alguns desses ambientes que, por estarem ainda em implementação em todo o país, não são tão conhecidos por meio da sociedade e mercado. Implementando qualificações para essa área, cria-se uma oferta de futuros profissionais que possam estar atuando posteriormente em NITs, já com uma formação adequada, o que hoje é ainda um dos grandes desafios.

Somente nessas duas seleções nacionais que ocorreram, já

obteve mais de 2.161 inscrições em todo o Brasil, o que demonstra que a demanda por uma especialização nessa área já é de fato, significativa (FORTEC, 2017). Entretanto, deve haver a preocupação de como essas pessoas serão redirecionadas para os NITs, uma vez que esses geralmente já sofrem, segundo Lotufo et al (2009), pela indisponibilidade de vagas nas ICTs ou ainda problemas legais referentes à contratação de pessoas. Fomentar a capacitação deve-se ser tão importante quanto a contratação dos futuros profissionais que virão.

REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco. Inovar ou Inovar: a indústria brasileira entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Papagaio, 2007.

BRASIL. Lei n. 10. 973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em: 14 jul. 2017.

_____. Lei n. 13. 243 de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm#art2>. Acesso em: 14 jul. 2017.

COUTINHO, Shirley. Depoimento sobre FORTEC e as suas ações para o fortalecimento dos NITs. [5 de junho de 2017]. Lages, SC. Entrevista concedida a Maria Carolina Zanini Ferreira no III Seminário Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica. Lages, SC.

LOTUFO, Roberto de Alencar et al (Orgs). Transferência de Tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica. Campinas: Komedi, 2009. Disponível em: <http://www.inova.unicamp.br/sites/default/files/documents/Livro%20Transferencia%20de%20tecnologia_0.pdf>. Acesso em 14 jul. 2017.

FORTEC. Profnit em números (2016). [S.], 2016.

PROFNIT. Rede PROFNIT. [S.], [201-]. Disponível em: <<http://www.profnit.org.br/pt/sample-page/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

PROFNIT UFSC. Mestrado Profissional PROFNIT. [S.], 2015. Disponível em: <<http://profnit.posgrad.ufsc.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.



Fom Conradi / Fotography

MUDANÇAS NOS NITS

De escritórios de patentes a escritórios de negócios



TEXTO

Marcos Vinicius Vanderlinde Brockveld

A mudança na Lei de Inovação ocorrida em 2016 criou o novo Código de Ciência e Tecnologia da Informação e aumentou as atribuições direcionadas aos Núcleos de Inovação tecnológica, os NIT's, que antes funcionavam apenas como escritórios de patentes nas universidades públicas. A partir desta alteração, universidades comunitárias, privadas, centros de pesquisa e outras organizações passaram a ser também considerados Instituição Científica, Tecnológica de Inovação (ICT), status anteriormente conferido apenas às universidades

públicas. A mudança tornou obrigatório que nesses espaços também se constituam NITs próprios.

Algumas das novas atribuições colocam o NIT como coordenador da política de inovação da universidade. Orientar na tomada de decisão sobre áreas de pesquisa, sobre interação da universidade com setores externos, usar o sistema de propriedade intelectual para fazer levantamentos de dados, ou seja, ser um coordenador da interação da universidade com outras instituições, principalmente as empresas.

O mapeamento dos potenciais de estudo e dos professores responsáveis pelas pesquisas dentro da ICT e a viabilização de uma conexão deles com empreendedores que tenham interesse nesse conhecimento se torna também um trabalho de responsabilidade do NIT. Ou seja, o NIT precisa observar a patenteabilidade da tecnologia gerada na ICT, não apenas com o intuito de protegê-la, mas também visando o seu uso comercial e, assim, migrando de um escritório de patentes para um escritório de negócios.

Para Álvaro Prata, secretário de desenvolvimento tecnológico e inovação do MCTIC, os NITs vistos dessa forma impactam a sociedade de uma forma fundamental, pois representam o elo que conecta os setores empresarial e acadêmico, que, sobretudo no Brasil, são muito desunidos. Apesar de a atualização da lei em 2016 criar e descrever essas novas obrigações, ela peca em não oferecer ferramentas suficientes que propiciem a sua execução. A falta de infraestrutura, planos de carreira, cargos específicos e capacitações fazem com que seja difícil

migrar para esse novo modelo de escritório.

Para Shirley Coutinho, vice-presidente do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC) a principal demanda dos NITs é a de ter um quadro próprio bem formado e qualificado. Segundo ela, a alta rotatividade de pessoal e o uso exacerbado de bolsistas são grandes problemas, pois gasta-se muito tempo para capacitar pessoas que ao fim do período de bolsa acabam deixando o NIT, fazendo com que este volte à estaca zero.

Para Araken Alves de Lima, do INPI, a falta da regularização do profissional específico abre uma brecha para que os cargos dos NITs sejam usados inclusive como moeda de troca em articulações políticas, dificultando assim a continuidade dos trabalhos. Temas como este foram abertos à discussão envolvendo representantes de NITs catarinenses, durante o 3o seminário de Núcleos de Inovação Tecnológica, em junho de 2017, em Lages, Santa Catarina.

Órgão pode ser pessoa jurídica à parte

A modificação na lei criou a possibilidade de o NIT ser um órgão separado da estrutura da universidade, inclusive com CNPJ próprio. Isso facilita a burocracia e dá mais liberdade ao NIT na captação de recursos, em licenciamentos, etc.

Além do conhecimento das capacidades da ICT, é importante que os NITs também estejam capacitados no mapeamento das empresas que possam vir a se tornar eventuais parceiros ou "clientes" da universidade e, assim, orientar as tomadas de decisões. Para isso é preciso que sejam criados cargos como o de "gestor de inovação", que seria um agente administrativo especializado em cuidar dos interesses da universidade no que tange a assuntos relacionados com a área da inovação.

A geração de conhecimento pela universidade geralmente

não é direcionada a um produto ou a algum avanço tecnológico específico. Araken realça que, por vezes, leva-se muito tempo até que uma pesquisa comece a gerar resultados comerciais, até mesmo devido ao compromisso da universidade, voltado à formação dos pesquisadores envolvidos nos projetos. Este propósito está à frente, por exemplo, do compromisso com a simples conclusão da pesquisa em um curto período de tempo ou com baixo custo atrelado.

Já para o meio empresarial, tempo é dinheiro e por isso são estabelecidos prazos e metas que devem ser cumpridos e respeitados. O desafio do NIT como escritório de negócios é unir os interesses desses dois mundos e mostrar que existem oportunidades de negócios e crescimento mútuo que podem

ser explorados. Segundo Prata, a indústria tem uma visão muito imediata e específica, mas que se pensa a médio e longo prazo e enxergar o benefício de uma iniciação científica e do investimento em pesquisa e desenvolvimento, só tem a ganhar.

Trazer o contexto da indústria e as suas dores para a universidade, elucidada os estudantes com uma visão diferenciada, voltada a solução de problemas reais e ao uso de práticas organizacionais, algo que dificilmente teriam contato apenas no ambiente puramente acadêmico. Este diferencial na formação cria profissionais mais qualificados para os anseios do setor industrial e também agrega mais competências ao currículo dos estudantes universitários.

A Agência de Gestão, Desenvolvimento Científico e Inovação Tecnológica (Agetec) tem como missão "promover o estreitamento da relação da Unisul com o setor produtivo e o governo, gerando conhecimento científico e tecnológico entre pesquisadores, empresas e organizações públicas, visando à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação". Atua na Unisul em todas as ações relacionadas à inovação e ao empreendedorismo ofertadas ou desenvolvidas pela universidade. Com base na interpretação da Lei de Inovação Nº 10.973/04, a sua área de atuação abrange:

- Pesquisa e desenvolvimento;
- Serviços tecnológicos;
- Serviços de extensionismo científico, tecnológico e inovação empresarial;
- Serviços de empreendedorismo, tecnologia e inovação social.

Estas áreas de atuação são compartilhadas por escritórios com características específicas para cada tipo de aplicação. São eles:

EPD (Escritório de projetos de P&D e serviços tecnológicos)

- Tem por finalidade auxiliar na prospecção elaboração, aprovação e gestão dos projetos.
- Presta serviços como consultoria na elaboração e negociação de projetos, gestão financeiro-administrativa, ela-

boração de relatórios financeiros e prestação de contas, entre outros.

EPITT (Escritório de propriedade intelectual e transferência de tecnologia)

- É responsável pela gestão da propriedade intelectual e transferência de conhecimento.
- Presta consultoria jurídica na redação de pedidos de patentes, viabiliza esses pedidos junto aos órgãos competentes, realiza ações de catalogação e proteção da propriedade intelectual da universidade.
- Organiza, oferta e negocia transferências de conhecimentos ou tecnologias com agentes externos a universidade, bem como faz o gerenciamento dos contratos e o monitoramento do uso desses conhecimentos e tecnologias.

NUEMP (Núcleo de empreendedorismo)

- Colabora com a geração de novas oportunidades de negócios junto ao setor privado e o governo. Realiza ações para disseminar a cultura da inovação e do empreendedorismo no ambiente de aprendizagem.
- Realiza consultorias e assessorias em gestão empresarial, elaboração de planos de negócios, análises de mercado, organização de eventos e cursos sobre empreendedorismo e inovação, entre outras ações.

C&IP (Centros e institutos de pesquisa e prestação de serviços)

- Tem como objetivo promover a harmonização de políticas e diretrizes para a criação de centros e institutos de pesquisa dentro da universidade.

Uniparque

- Tem como objetivo apoiar a universidade no fomento e desenvolvimento de incubadoras e parques tecnológicos.
- Desenvolve e supervisiona políticas e diretrizes para as iniciativas de fomento do processo de alavancagem de incubadoras e parques tecnológicos.

Conjur (Consultoria Jurídica)

- Presta consultoria jurídica direta e imediata, respeitando normas e diretrizes internas da Unisul.
- Atua em conjunto com os outros escritórios analisando, elaborando e revisando contratos, regulamentos, regimentos e editais de um ponto de vista jurídico.

A partir dessas iniciativas, a Agetec busca tornar-se referência na gestão e desenvolvimento da pesquisa aplicada, inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo. Nos últimos anos conquistou premiações como o Prêmio FINEP de Inovação e o Prêmio Caspar Stemmer.

Tecnologias

Parcerias

Parque

GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Transferência de tecnologia para o mercado na Agência Inova Unicamp



TEXTO

Maria Carolina Zanini Ferreira



Marcos Vinicius Vanderlinde Brockveld

A Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp, está entre as mais renomadas universidades do país. Atualmente, é considerada a 3º instituição de ensino que mais possui patentes de acordo com o INPI (2015), respondendo ainda por 15% da pesquisa acadêmica no Brasil. A Agência Inova é o Núcleo de Inovação Tecnológica da Unicamp (NIT), criado em 1984 e pos-

teriormente transformado em agência em 2003. É importante observar que a criação do NIT foi antes da Lei de Inovação de 2004¹ que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, apresentando um tempo de maturidade considerável e possuindo outras ações que vão além das dispostas na lei sobre o funcionamento de NITs.

A missão atual da Inova Unicamp é "Identificar oportunidades e promover atividades de estímulo à inovação e ao empreendedorismo, ampliando o impacto do ensino, da pesquisa e da extensão em favor do desenvolvimento socioeconômico sustentado." Entre seus indicadores:

1 Para mais informações acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 21 jun. 2017.

2 Pode ser encontrado em: <<http://www.inova.unicamp.br/noticia/3729/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

Indicadores

Ano base: 2016



Figura 1 – Indicadores da Inova Unicamp 2016. Imagens: INOVA Unicamp

Esses indicadores evidenciam uma forte relação entre as empresas que são evidenciadas em diversos programas dentro da instituição. Além dos licenciamentos de patentes que são disponibilizados, existem programas que conseguem mapear e introduzir a empresa dentro da realidade da Universidade. Dentro dessa premissa, evidencia-se as “Filhas da Unicamp”, inicia-

tiva que visa aproximar e Empresas cujo sócio fundador é aluno, ex-aluno, ex-docente, funcionário, ex-funcionário da Unicamp, ou empresa que passou por processo de incubação na Incamp (incubadora da Unicamp). Além de aproximar os empreendedores egressos a academia e aos estudantes, resulta outras iniciativas e atividades que podem ser retornadas para a Instituição

além do mapeamento de quanto essas empresas podem desenvolver economicamente o entorno. Entre os resultados, as “empresas filhas” ativas atualmente, estão entre 434 empresas, gerando 21.995 empregos gerados e faturando anualmente mais de 3 bilhões de reais.

Porte das empresas-filhas

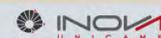


Figura 2 – Porte das empresas-filhas

Algumas das empresas parceiras



Figura 3 – Empresas Parceiras da Unicamp

Entre outras relações com as empresas, existem ainda algumas empresas parceiras da Unicamp que desenvolvem em conjunto Pesquisa e Desenvolvimento, gerando propriedade intelectual e transferência de tecnologia, sendo elas:

Hoje a Unicamp também conta com um Parque Tecnológico, oferecendo uma infraestrutura que abriga competências científicas e tecnológicas e laboratórios de inovação, financiados por instituições públicas e privadas com objetivo de desenvolver e executar projetos de pesquisa. Atualmente as empresas que estão ligadas são parque são IBM, Lenovo, Motorola, Samsung e MC1, fazendo com que essas empresas vivenciem e estejam inseridas dentro do ambiente acadêmico.

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Desafio Unicamp	É uma competição de modelos de negócios baseados em tecnologias da Unicamp com o foco principal no estímulo a criação de empresas spin-off a partir de patentes e programas de computador protegidos pela instituição.
Software Experience	Feira que busca divulgar os softwares da Unicamp para empresas e investidores
Unicamp Ventures	Encontro anual que tem o objetivo de integrar a comunidade de ex-alunos empreendedores e fortalecer a rede de empresários e empresas nascidas da Unicamp, além de reaproximá-los da universidade.
Vitrine Tecnológica da Unicamp	Plataforma no site da Agência que mostra as novas tecnologias desenvolvidas pela Universidade.



ENTREVISTA

Cláudio José Amante, professor da UFSC, responsável pela implantação da SINOVA



REPORTAGEM

Sicília Vechi

A Universidade Federal de Santa Catarina iniciou em 2016 a reformulação para o fortalecimento e a atuação transversal de sua Agência de Inovação Tecnológica. A estrutura que hoje constitui a SINOVA ganhou status de secretaria, uma equipe de 12 colaboradores em três áreas de atuação e o objetivo de deixar a dependência exclusiva da Pró-Reitoria de Pesquisa para maior conexão com as áreas de Extensão e Ensino nas ações de propriedade intelectual, transferência tecnológica e interação com a sociedade. O professor Cláudio José Amante, que esteve à frente da concepção e dos primeiros estágios de implantação da Secretaria de Inovação da Universidade Federal de Santa Catarina, descreve nesta entrevista as transformações que dão autonomia e amplitude às atividades do NIT da UFSC.

Como o professor avalia o início das atividades e a posição da SINOVA dentro da universidade hoje?

Inicialmente, foi iniciada a estruturação interna de uma secretaria, ainda em adequação, e a consolidação de uma árvore de cargos em curso. É importante frisar que a Sinova não sobrepõe ou desmancha o passado de NIT da UFSC. O seu diferencial é o grau de autonomia na universidade. O que houve ao longo do tempo foi um processo de amadurecimento do NIT, que começou como um departamento de inovação tecnológica, tornou-se NIT, depois agência que, posteriormente, foi transformada em Secretaria. A razão pela qual a Secretaria foi estabelecida é a não-vinculação direta a uma Pró-reitoria que seria a de pesquisa. Mudando essa estrutura, o contexto aproxima e não exclui as outras pró-reitorias, de Ensino e Extensão. Hoje os Pró-reitores de Pesquisa e Extensão integram o Conselho. Na estrutura de gestão delineada para a Sinova, o Secretário responde pelas políticas e articulação externa; o Diretor de Inovação, por ênfase na gestão interna da Sinova; e as três áreas de atuação são: de Gestão de Propriedade Intelectual e Processos, de Desenvolvimento de Parcerias e Transferência Tecnológica e de Empreendedorismo, Parques e Incubadoras.

O que é inovação? É customização local e interação, é sinônimo de conectividade, de rede. As rupturas de modelo econômico de que tanto se fala hoje quando o tema vem à tona são consequências da inovação.

Essa trajetória mostrou algo novo em relação ao papel da Universidade na inovação?

Sim. A Sinova não contém a palavra "tecnológica" aliada à inovação. Entendemos que uma das metas da Secretaria é a inovação social. Ela nem sempre passa pela tecnologia, mas por um processo de conexões. Foi colocado em pauta, por exemplo, o trabalho com as indicações geográficas de SC e seus arranjos produtivos para uma atuação integrada da Sinova com as regiões em 2018. Quando se trabalha com a inovação regional, se favorece a economia local, o valor do trabalho da mulher, contra o trabalho infantil, melhora as relações sociais, propicia-se o desenvolvimento regional e o turismo. Temos o queijo serrano, a renda de bilro, a erva mate e outros 50 possíveis produtos com indicações geográficas em SC.

A isto, aplico a seguinte reflexão:

o que é inovação? É customização local e interação, é sinônimo de conectividade, de rede. As rupturas de modelo econômico de que tanto se fala hoje quando o tema vem à tona são consequências da inovação. E quando se questiona que a inovação não é possível no setor público, que não gera recursos, nem está à disposição de um mercado, temos de argumentar que o empreendedor dentro da universidade, quando vai buscar eficiência, eficácia e efetividade, ele reduz custos e melhora a realidade de todos.

O Brasil é uma boa economia, mas produzimos pesquisa commodity nas nossas universidades. Ainda assim, de boa qualidade. Não temos de nos envergonhar disso em nossas universidades, com 50, 60 anos de existência, e não 500, 600 anos. Ninguém será melhor em tudo. Mas precisamos evoluir em processos e parcerias.



Temos muita pesquisa básica em desenvolvimento, mas o processo do conhecimento de uma universidade também passa pela maturidade dessa universidade.

Quando o Sr. menciona que fazemos pesquisa-commodity de boa qualidade na Universidade, pode sinalizar se a Sinova contribui ou contribuirá para a pesquisa rumar da commodity para o refino, o nicho ou a aplicação?

Penso na universidade para o todo, não exclusivamente ou separadamente para a pesquisa, o ensino ou a extensão. Vejo que há ênfases, mas tudo o que produzo na extensão pode se tornar dado para pesquisa. Temos muita coisa boa. Temos muita pesquisa básica em desenvolvimento, mas o processo do conhecimento de uma universidade também passa pela maturidade dessa universidade. A commodity faz, inclusive, do Brasil reconhecido e forte economicamente, mas isso traz limitações também. Temos toda uma plataforma marítima para desenvolver, as questões dos alimentos, da energia, da sustentabilidade, do equilíbrio ambiental.

A Sinova saiu da árvore de uma pró-reitoria, como uma estrutura transversal. A visão é de que seja um grande laboratório, uma grande incubadora para promover e fortalecer a cultura, para ser uma indutora da realidade.

Como a Sinova recebe retorno da sociedade, especialmente de entes que foram gestados na UFSC, como as startups e o próprio setor tecnológico de Florianópolis?

Hoje estamos estabelecendo boa parceria com todas as instituições de Ensino Superior. Sistema ACADE, inclusive a UDESC. Fundamos uma rede de NITs. Temos aí 13 prováveis polos de desenvolvimento tecnológico no Estado. Leva tempo, um começa, o seguinte conclui. Precisamos crescer, mas construir, criar infraestruturas. Nosso desafio número um é a estruturação. Na universidade somos a sociedade como totalidade, por isso não somos plenos. Referente à propriedade intelectual, por exemplo, conforme mapeamento da FIESC, a percepção é de que o modelo catariense é bom. Mas se trabalharmos no âmbito do fortalecimento da propriedade dentro da micro e pequena empresa para o enrijecimento dela, para o empreendedor esse é um custo que ele não pode pagar. Com o grande empresário, as questões já são de sigilo e confidencialidade.

A propriedade intelectual que vem de fora do Brasil é muito cara, mas é de fácil acesso. Desenvolver tecnologia para nós poderia ser muito mais barato, mas buscamos o que já está lá. Precisamos promover no Estado uma cultura da inovação, favorecendo a transferência. Só que ainda temos problema com a universidade pública, a legislação que determina, por exemplo como devem ser os ressarcimentos, as normas de parcerias público-privadas. Os órgãos de controle exigem. Temos de fazer assim. Como resolvemos isso? Diálogo entre empresas, governo e universidades.

Pontuais

- A parceria estratégica com o Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (Profnit), do governo Federal, irá integrar os alunos de mestrado às rotinas da Sinova.
- Outros programas de Pós-graduação têm portas abertas, a partir dos protocolos da Universidade, para realizar ações em conjunto com a Sinova.
- A Secretaria conta com um Comitê de Inovação com 17 integrantes. O órgão consultivo é composto por
 - Secretário e Diretor da Sinova;
 - Presidente do Conselho de Curadores;
 - Pró-reitores de pesquisa e extensão;
 - 5 docentes, 2 servidores técnico-administrativos;
 - 1 representante da Procuradoria Federal junto à UFSC;
 - 1 membro da OAB;
 - 2 representantes do setor produtivo (Sebrae, FIESC);
 - 1 integrante do INPI.

A visão é de que seja um grande laboratório, uma grande incubadora para promover e fortalecer a cultura, para ser uma indutora da realidade.

“ Qual é a visão de futuro da Sinova em cada vertente de sua atuação?

1) Como NIT, no Registro e Controle de Propriedade intelectual: estrutura mais eficaz e efetiva no processo interno de gestão e melhor infraestrutura para depois se alcançar outros patamares

2) Como Transferência Tecnológica, aguardamos a edição final do decreto que normatiza a lei de inovação de 2016, para nos adequarmos e formatar nossa atuação. Isso fará aumentar nossa contribuição no desenvolvimento das atividades. A perspectiva é de um ano de trabalho para alcançar os resultados, normatizar internamente nossas práticas: de comunicação com a comunidade e o NIT; de participação da universidade nos processos de desenvolvimento local, regional, estadual, nacional e internacional.

3) Como ação voltada a Empreendedorismo, Parques e Incubadoras, estamos finalizando a parte física da incubadora da Sinova, que será implantada no Sapiens Parque, para lançar o edital ainda em 2017. Ela receberá iniciativas da universidade com potencial de pesquisa, em convergência com propostas de spin-offs e startups. Para caminharmos nesta linha, a universidade tem tido um posicionamento muito importante, representativo, educacional e político. Tudo o que estamos fazendo é um trabalho realizado a partir da política do professor Luiz Carlos Cancellier (em memória) como reitor e sua então vice-reitora, Alacoque Lorenzini Erdmann. Trata-se de uma estratégia que privilegia a gestão.

Já observando a necessidade da consolidação da rede de NITs no Estado, vemos a importância do protagonismo do INPI junto ao governo do Estado de SC na articulação, juntamente com as universidades. Sistema ACADE e UFSC.



NOVA ESTRUTURA DO INPI

Regionais reforçadas e interação com ecossistemas



PESQUISA E TEXTO

Sofia Lorena Urrutia Pinto



Sicília Vechi Gonçalves

O conceito de Propriedade Intelectual é vasto, sendo utilizado no contexto industrial, científico ou artístico com a finalidade de outorgar proteção a criações do intelecto humano e resguardar a seus inventores ou titulares o direito de controlar seus objetos de modo a adquirir recompensas e reconhecimento por eles (BRANCO et al., 2011¹). A Propriedade Intelectual é uma ferramenta fundamental na proteção do conhecimento e para a sua transformação em benefícios sociais (SANTOS; TOLEDO; LOTUFO, 2009²).

1 BRANCO, G. et al. Propriedade intelectual. Curitiba: Aymar, 2011. 100 p.

2 SANTOS, M. E. R., TOLEDO, P. T. M., LOTUFO, R. A. Transferência de Tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica. Campinas, SP: Komedi, 2009. 353 p.

Atualmente, no Brasil, o tema vigora a partir da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, atualizada nos termos da Lei nº 10.196, de 14 de fevereiro de 2001 (BRASIL, 2017³).

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), responsável pela gestão do sistema brasileiro de concessão e proteção de direitos de propriedade intelectual para a indústria, assume, segundo seu Presidente Dr. Luiz Otávio Pimentel, uma nova estrutura regimental, definida pelo Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016. (INPI, 2017⁴). A recente estrutura organizacional foi desenvolvida para responder os desafios de incentivar a gestão e melhorar o desempenho operacional. Entre as diretrizes da mudança estrutural, estão:

- A Medida Provisória nº 731, de 2016, e o Decreto 8.785, de 2016, que estabeleceram a formação de funções de confiança denominadas Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), a diminuição e o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e de Funções Gratificadas (FG);
- Modernização e funcionalidade da estrutura organizacional;
- Profissionalização na apropriação dos cargos em comissão e funções de confiança, o que aumenta significativamente as atividades privativas de servidores públicos concursados;
- Redução da estrutura subordinada diretamente à Presidência;
- Fortalecimento da função corporativa de supervisão e coordenação executiva.



Luiz Otávio Pimentel
Presidente do INPI

“O que une os Núcleos de Inovação é a busca de solução para os problemas de ciência e tecnologia. A Propriedade Intelectual é o grande balizador desse processo, pois os resultados serão protegidos para que possam ir para o mercado.”

Mudanças Importantes

- Reorganização da Diretoria de Patentes, que incorpora os serviços de registros de programa de computador e de topografia de circuitos integrados, reestruturando a área de estudos, projetos e disseminação da informação tecnológica;
- Reorganização da Diretoria de Marcas, que incorpora os serviços de registro de desenho industrial e de indicações geográficas;
- Cria a Coordenação-Geral de Disseminação para Inovação, que agrega a Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, e redefine o papel da rede de escritórios regionais do Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul;
- Extinção do Centro de Defesa da Propriedade Intelectual, sendo incorporados às competências da Procuradoria os assuntos de defesa da propriedade industrial e combate à concorrência desleal.

3 BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.196, de 14 de fevereiro de 2001. Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências. Brasília. 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília. 1996.

4 INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial.



INPI

Fundado em 1970, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, responsável pelo desenvolvimento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e proteção de direitos de propriedade intelectual para a indústria (INPI, 2017). Desde a fundação, o INPI tem desenvolvido serviços com a finalidade de proteger por meio da propriedade industrial e intelectual, por exercer normas reguladoras, compreendendo todo e qualquer procedimento de pedido, concessão e negociação nesta definição. (BRANCO, 2011).

ENTREVISTA COM ARAKEN ALVES DE LIMA

Chefe da Seção de Difusão Regional do INPI em Santa Catarina

Como as mudanças no Instituto privilegiam as estruturas regionais?

As novas alterações realizadas pela recente estrutura irão impactar positivamente nas regiões, gerando uma descentralização. Atualmente o INPI tem centralidade no Rio de Janeiro, porém iniciou um movimento de forma que os servidores poderão trabalhar em seus estados de origem. Esta mudança visa aumentar os resultados e a produtividade. Os planos envolvem ampliar a estrutura e receber mais profissionais em Santa Catarina, em torno de 10, onde hoje há somente um servidor. A ideia com essa mudança é fazer com que haja uma interação maior com os sistemas locais de inovação como os centros de inovação, parques tecnológicos, incubadoras e as políticas de ICT's.

A rotina dos servidores se altera no novo contexto?

Com a vinda dos servidores para as regionais, está sendo estruturada uma forma de atuação em que 10% da jornada de trabalho seja dedicada à capacitação em Propriedade Intelectual dos agentes locais de inovação. Poderemos organizar cursos para maior integração dos setores, contribuindo com as ações do estado para constituir os Centros de Inovação e com as políticas de desenvolvimento industrial da FIESC.

Quais interações você vislumbra para o cenário em Santa Catarina?

O cronograma em andamento prevê que, em fevereiro e março de 2018, será realizado o deslocamento dos servidores para Florianópolis. No caso de SC, nossa interação é com a Tríplice Hélice, tendo como principal contato a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), além de interação com a EPAGRI e à Secretária de Agricultura e Planejamento. O contato com as empresas se abre por meio da FIESC, com o IEL como interlocutor, com as universidades, basicamente por meio dos NIT's, sendo elas: UFSC, IFSC, UDESC e as universidades comunitárias.



ANÁLISE

Pedidos de proteção intelectual em ICT's no Brasil



PESQUISA E TEXTO

Ingrid Santos Cirio de Azevedo



José Eduardo Machado Júnior

A proteção dos direitos de propriedade intelectual representa um incentivo para a comercialização de inovação, a transferência de tecnologia e a internacionalização de mercados. A Propriedade Intelectual (PI) é um componente importante no desenvolvimento econômico de um país, e sua contínua criação influencia no aumento das atividades de investimento e comercialização, enquanto a proteção da PI apoia a indução de mudanças tecnológicas e na facilitação do crescimento econômico (SCHOLZE; CHAMAS, 2009¹).

1 SCHOLZE, Simone; CHAMAS, Claudia. Instituições públicas de pesquisa e o setor empresarial: o papel da inovação e da propriedade intelectual. *Parcerias Estratégicas*, v. 5, n. 8, p. 85-92, 2009. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/107/100>. Acesso em: 14 de jul. 2017.

A tecnologia oriunda das Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICTs) movimenta o grande potencial de transferência de tecnologia para o setor produtivo. Isso se dá por respaldo da Lei da Inovação, nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004,² que afirma que toda instituição científica e tecnológica, incluindo-se as universidades, deve possuir um núcleo de inovação tecnológica com a diretriz de cuidar das ações relativas ao patenteamento dos resultados obtidos em suas pesquisas acadêmicas (GARNICA et al., 2009; HAASE; ARAÚJO; DIAS, 2009; BRASIL, 2004).

Com o intuito de verificar como o andamento de pedidos de Propriedade Intelectual realizados pelas universidades brasileiras, o grupo de pesquisa Via Estação Conhecimento analisou o Ranking dos Depositantes Residentes em 2016, divulgado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que relacionou 50 instituições que realizaram pedidos de proteção no ano protocolados.

A análise foi sobre as ICT's que realizaram os pedidos de 2016, sendo os depositantes: instituições de ensino e pesquisa, Governo; MEI, microempresa e as EPP, empresas de pequeno porte, associações e sociedades de intuito não-econômico; pessoas físicas e cooperativas.

Maior representação é de Patentes de Invenção

Para o INPI os tipos de propriedade industrial passíveis de proteção são: Indicação Geográfica, Marca, Desenho Industrial, Patentes de Invenção ou de Modelo de Utilidade, Programa de Computador e Contratos de Tecnologia. Estes tipos são os mesmos apresentados no ranking de 2016 analisado (INPI, 2017a⁴).

Diante dos resultados observase que as ICT's possuem maior representatividade nos depósitos de Patentes de Invenção, com 35 instituições no ranking de 50, sendo ainda as nove primeiras posições ocupadas por Universidades Federais do Brasil. As patentes de invenção referem-se aos produtos ou processos que atendam aos requisitos para se considerar uma invenção, ou seja ser uma atividade inventiva, novidade, e que possua uma aplicação industrial, trata-se de uma criação intelectual que objetiva apresentar uma solução para um problema técnico (INPI, 2013a).

Cinco instituições demandaram modelo de utilidade

Já as patentes por Modelo de Utilidade (MU), referem-se ao objeto de uso prático, ou parte dele, de possível aplicação industrial, que

Proteção Direitos de PI

De acordo com a lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial no Brasil, a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, se dá mediante (BRASIL, 1996³):

- I - concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade;
- II - concessão de registro de desenho industrial;
- III - concessão de registro de marca;
- IV - repressão às falsas indicações geográficas;
- V - repressão à concorrência desleal.

apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação (INPI, 2013a). E de acordo com o INPI o ranking de depósitos no ano de 2016 cinco instituições no ranking das cinquenta que mais realizaram esse tipo de depósito são ICT's, sendo a primeira colocada o Instituto Federal de Rondônia com 17 pedidos de MU depositados.

2 BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.

3 BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: 5 dez. 2016.

4 INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Boletim Mensal de Propriedade Industrial: ranking dos depositantes residentes 2016. Estatísticas preliminares. Rio de Janeiro: INPI, 2017a.

Maior depositante de marcas registrou 103

Outro tipo de proteção apresentado no ranking é a Marca, definida com uma imagem visualmente reconhecida capaz de identificar produtos ou serviços de uma empresa, distinguindo-os de seus concorrentes. (INPI, 2013b). Essa proteção possui apenas uma ICT dentro do Top 50 dos depositantes de marcas residentes em 2016, a Fundação Getúlio Vargas com 103 marcas registradas.

Da mesma forma que a marca, o Contrato de Tecnologia possui apenas uma ICT no ranking das cinquenta depositantes, representada pela Fundação Fio Cruz com apenas 3 contratos de tecnologia realizados em 2016.

O Desenho Industrial para fins de propriedade intelectual, refere-se apenas à natureza estética do produto, independente dos aspectos técnicos ou funcionais que ele possa apresentar. Refere-se apenas à forma exterior, a sua aparência (INPI,

2013c). Esta proteção se destaca com 4 ICT's dentre as 50 instituições que mais depositaram pedidos no ano de 2016.

Softwares são segunda maior demanda

Já a proteção de Programas de Computador, trata-se de "um conjunto de instruções ou declarações a serem usadas direta ou indiretamente por um computador, a fim de obter um determinado resultado. A proteção dos direitos de autor abrange toda ou partes das expressões no programa de computador" (INPI, 2017b). E nesse tópico temos o segundo tipo de proteção mais utilizado pelas ICT's, com 30 universidades das 50 instituições totais em seu ranking, em 2016.

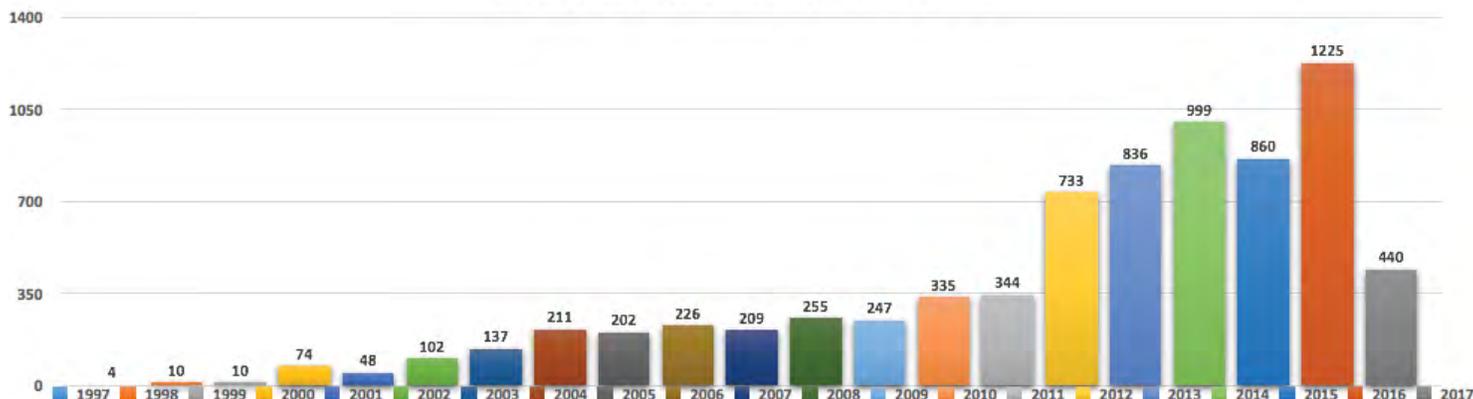
Dentre estas universidades ranqueadas está a Universidade Federal de Santa Catarina na 17ª posição. O principal departamento da UFSC, no qual são desenvolvidas as inovações que originam é o Centro

Tecnológico, no qual estão localizados os cursos de engenharias e informática.

Conforme imagem abaixo é possível verificar o aumento considerável entre os números de depósitos de proteção entre as ICT's ao longo dos anos, desde a publicação da Lei de Propriedade Intelectual. As ICT's com a sua incumbência de produzir tecnologias em suas pesquisas que, de alguma maneira, solucionam problemas técnicos e de utilidade para o País, utiliza de maneira mais intensa o sistema de proteção. Assim, o presente estudo teve por objetivo central analisar as qual a notabilidade das ICT's dentro deste processo de proteção intelectual.

A UFSC representa a maior força do estado no processo de proteção. A legislação vigente estimula essa parceria entre universidades e empresas, o que garante a inovação e o desenvolvimento tecnológico não só para a universidade, mas para o País, principalmente com o novo Marco Legal de Inovação (BRASIL, 2016).

Distribuição dos resultados das pesquisas por ano



OUTRAS REFERÊNCIAS

ENDEAVOR; SEBRAE. Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras 2016. Endeavor Brasil, 2016. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/pesquisa-universidades-empreendedorismo-2016/>>. Acesso em:

GARNICA, Leonardo Augusto. et al. Gestão de tecnologia em universidades: uma análise do patenteamento e dos fatores de dificuldade e de apoio à transferência de tecnologia no Estado de São Paulo. *Gestão & Produção*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 624–638, 2009.

HAASE, Heiko; ARAÚJO, Eliane Cristina de; DIAS, Joilson. Inovações Vistas pelas Patentes: exigências frente às novas funções das Universidades. *Revista Brasileira de Inovação*, Campinas, v. 4, n. 2, jul./dez., p. 329–362, 2009.

INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Inventando o futuro: uma introdução às patentes para as pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: INPI, 2013a. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/03_cartilhapatentes_21_01_2014_0.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. A criação de uma marca: uma introdução às marcas de produtos e serviços para as pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: INPI, 2013b. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/01_cartilhamarcas_21_01_2014_0.pdf>. Acesso em: 06 de Jul. 2017.

INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. A beleza exterior: uma introdução aos desenhos industriais para as pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: INPI, 2013c. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/02_cartilhadesign_21_01_2014_0.pdf/view>. Acesso em: 06 de Jul. 2017.

INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Registro de Programa de Computador - Manual do Usuário Transitório. 2017b. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/programa-de-computador/guia-basico-de-programa-de-computador>>. Acesso em: 10 de Jul. 2017.

VIA

Estação Conhecimento



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

